

*Dinda Est*

# Brasil ainda paga "spread" muito alto

30 ABR 1986

GAZETA MERCANTIL

por Getulio Bittencourt  
de São Paulo

O Brasil continua a pagar um dos "spreads" mais altos do mundo sobre a maior parte de sua dívida externa, segundo revela um estudo recém-concluído do Fundo Monetário Internacional (FMI), "International Capital Markets: Developments and Prospects" (Mercados Internacionais de Capital: Desenvolvimentos e Perspectivas, Washington, 1986).

A referência ao Brasil chega até o início de 1985, ainda no governo João Figueiredo. Mas nesse período fez-se a última renegociação ampla da dívida externa. A recente renegociação feita pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, baixou o "spread" para 1 e 1/8% apenas para os vencimentos referentes a este ano e até março de 1987.

O grosso da dívida, assim, continua regido pelos "spreads" divulgados no estudo do FMI: 2% em relação à Libor ou 1 e 3/4% em relação à prime rate. Nos dados referentes a 1984 entre os países em desenvolvimento, apenas a Jamaica paga mais que isso: 2,5%.

O governo brasileiro acertou esse mesmo índice tanto para a renegociação de dívidas anteriores quanto para o dinheiro novo obtido no mesmo ano. Nesse mesmo período, o México pagou 1,5% para renegociar seus passivos e 1 e 1/8% por dinheiro novo; e a Venezuela renegociou seus passivos com o "spread" igualmente baixo de 1 e 1/8%.

Mesmo a socialista Iugoslávia, diante do risco colocado pela quebra da Polônia dois anos antes, obteve índices bem melhores

que os brasileiros — renegociou sua dívida externa com "spread" de 1 e 5/8% sobre a Libor ou de 1,5% sobre a prime rate. As Filipinas do ditador Ferdinand Marcos renegociaram com 1 e 5/8% e conseguiram dinheiro novo com apenas 1 e 3/4%.

Países de economias frágeis na América Latina conseguiram também "spreads" menores que o Brasil. O Chile obteve novos financiamentos em 1984 pagando 1 e 3/4% sobre a Libor ou 1,5% sobre a prime rate. O Equador renegociou sua dívida externa por 1 e 3/8% e obteve dinheiro novo pagando mais 1 e 5/8%.

Os números brasileiros referentes a 1983 eram ainda piores: 2 e 1/8% sobre a Libor ou 1 e 7/8% sobre a prime rate. O governo brasileiro também se comprometeu então a pagar mais 0,5% de taxa sobre os empréstimos ainda não desembolsados pelos bancos, pagáveis sobre o trimestre anterior, e mais outra taxa de 1,5% sobre o dinheiro novo, paga no momento da liberação dos dólares pelos credores.

"Consideramos isso uma coisa do passado", disse ontem a este jornal o assessor especial do Ministério da Fazenda, professor João Manuel Cardoso de Mello, "a renegociação deste ano dá a tônica do futuro".